

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Comissão aprova parecer e Viana propõe nova emenda paralela



Márcia Kollme

■ Contribuição de inativos, fim da paridade e redução nas pensões são mantidos no texto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem parecer do senador Tião Viana às emendas apresentadas em Plenário à reforma da Previdência. Foram rejeitadas mais de cem emendas e transferidas dezenas de outras para uma nova proposta de mudança constitucional – a segunda que tramitará em paralelo à reforma de autoria do Executivo. A reunião, que se prolongou até as 22h10 de ontem, foi suspensa e recomeça hoje, às 10h.



Waldemir Rodrigues

ENTENDIMENTOS Antes da votação do parecer de Tião Viana (foto acima, com Edison Lobão), senadores tentaram, sem sucesso, acordo em reunião no gabinete do presidente da Comissão de Justiça (foto à esquerda)

Página 3



Jane de Araújo

UNIÃO Mostra, que integra comemoração dos 180 anos do Legislativo, reúne obras do acervo das duas Casas

Sarney e João Paulo abrem exposição de obras de arte

Página 6



Moradia de fiador pode tornar-se impenhorável

Página 7



José Cruz

RELATÓRIO Proposta de Romero Jucá (E) obteve apoio da maioria dos senadores da CAE

Mudança no ISS é acolhida em comissão

Página 7

Márcia Kolumbe



SABATINA Nome de Haroldo Lima (E) foi acolhido pela CI, presidida por José Jorge

Aprovada indicação para diretoria da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem mensagem do Executivo indicando o ex-deputado federal baiano Haroldo Lima para ocupar uma das diretorias da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A designação será ainda analisada pelo Plenário.

Durante a sabatina, o ex-deputado do PCdoB defendeu a reformulação do modelo das agências reguladoras, para que sua autonomia não se choque com as políticas do governo.

– O povo elege o governo para definir a política. O governo não deve ficar refém de políticas definidas antecipadamente, às quais ele nem terá acesso – afirmou Lima.

José Jorge (PFL-PE), presidente da comissão, discordou da opinião do sabatinado.

– As agências devem ter autonomia para exercer seu papel. E a ANP vem realizando bem o papel que ela deve desempenhar, principalmente tendo em vista a falta de recursos – disse o senador.

O Executivo indicou o nome de Lima para diretor após a rejeição, pelo Plenário, da indicação do ex-deputado carioca Luiz Alfredo Salomão.

Agenda

Três matérias trancam a pauta do Plenário

A sessão de hoje, às 14h30, tem como prioridade a votação de medida provisória e de dois projetos de conversão que trancam a pauta da Casa. A MP (nº 129/03) abre crédito no valor de R\$ 2,3 bilhões em favor de encargos financeiros da União. Os dois projetos (PLV nº 25/03 e nº 26/03) tratam, respectivamente, da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e de normas para soja transgênica.



Sarney recebe auditores de programa do governo britânico

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h auditores do programa DST/Aids do governo britânico, Jess Hudson e Nick Sloan; às 11h30, o diretor

da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, e empresários do setor. Às 12h, Sarney participa da cerimônia

de hasteamento da Bandeira Nacional; às 16h, preside a ordem do dia; e às 17h, recebe o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli.

Subcomissão da Amazônia ouve Marina Silva

A Subcomissão Permanente da Amazônia realiza hoje, em reunião marcada para as 10h, audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela fala sobre o programa Amazônia Sustentável, o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e demais projetos para o desenvolvimento da região.



Comissão pode convocar ministro da Previdência



Podem ser votados hoje, na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), em reunião às 11h, requerimentos que convocam o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini (foto); o secretário do Ministério do Trabalho,

Osvaldo Bargas; o procurador da República Luiz Francisco; o sindicalista Paulo Pereira da Silva, entre outros, para prestar esclarecimentos. O colegiado analisa ainda avisos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Vale-transporte para desempregado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute, às 11h, projeto para estender aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão de vale-transporte (PLS nº 166/02) e proposta que acrescenta às exigências mínimas dos planos de saúde a cobertura de despesas com transplante (PLS nº 75/02), entre outras matérias.



Indicação para o STM

Reúne-se hoje, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para examinar, entre outros itens, mensagem da Presidência da República que submete à apreciação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Flávio de Oliveira Lencastre para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Relatório sobre dívida pública

A Subcomissão da Dívida Pública apresenta, às 18h, seu relatório final. O colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi instalado em agosto para analisar a dívida dos estados e propor alternativas para reverter o quadro deficitário que atinge a maioria das unidades federativas.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Maciel quer ampliar Conselho da República

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição ampliando a composição do Conselho da República. Pela proposta, o órgão passaria a contar com a participação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e de cinco governadores, cada um representando uma região do país.



Proposta fortalece a democracia, afirma Maciel

O Conselho da República é um órgão superior de consulta do presidente da República, que é integrado pelo vice-presidente, presidentes da Câmara e do Senado, líderes da maioria e da minoria nas duas Casas do Congresso, ministro da Justiça e seis cidadãos maiores de 35 anos. Ao conselho compete pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e questões "relevantes para a estabilidade das instituições".

O senador argumenta que é preciso aperfeiçoar a estrutura do colegiado, dando maior estabilidade às instituições e consolidando a democracia.

Duhalde visita comissão do Mercosul

O ex-presidente da Argentina Eduardo Duhalde disse ontem, durante visita à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), que o bloco vive hoje seu melhor momento. Ele afirmou que é preciso aproveitar a boa relação que existe entre os presidentes do Brasil e da Argentina para aprofundar a integração entre os países.

Duhalde foi recentemente nomeado pelo presidente argentino, Néstor Kirchner, como presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. O ex-presidente argentino ressaltou ainda que as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não podem atrapalhar os avanços na integração regional.

– O processo de integração do Mercosul não pode ser interrompido – declarou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS

O relator da proposta, Tião Viana, deve preparar uma segunda emenda paralela, já que a Constituição impede que matéria rejeitada seja reapresentada no mesmo ano



DECISÃO Senadores da Comissão de Justiça voltam a se reunir hoje para votação das emendas

CCJ rejeita alterações no texto da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o parecer do senador Tião Viana (PT-AC) à reforma da Previdência (PEC 67/03), rejeitando mais de uma centena de emendas e transferindo dezenas de outras para uma nova emenda constitucional sobre o mesmo tema. Com isso, o governo mantém intocada a proposta para votação em Plenário no dia 25. As mudanças sugeridas pelos senadores ficarão nessa nova emenda paralela. A reunião da CCJ foi suspensa às 22h10. A votação das emendas continua hoje, a partir das 10h.

A novidade ficou por conta de um novo caminho regimental adotado pela base do governo. Em vez de transferir as emendas aceitas para a já existente Proposta Paralela nº 77/03, o relator propôs requerimento autorizando a criação de uma segunda paralela, que deverá ter um texto parecido com o da Emenda nº 77/03. Tudo isso porque, de acordo com Tião Viana, o Regimento Interno permite a transferência de emendas para uma nova proposta de mudança constitucional, mas não para outra já em tramitação. Além disso, a Emenda nº 77/03 poderia ser considerada nula, disse, pois a Constituição estabelece que não se pode apresentar num mesmo ano mudança constitucional sobre assunto já rejeitado. Por isso, decidiu transferir as emendas, e não rejeitá-las.

O PFL, partido de oposição que não aceita a emenda paralela, criticou a decisão do rela-

tor Tião Viana e anunciou que exigirá do Plenário do Senado a confirmação ou rejeição da "paralela número dois", expressão usada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). A senadora Heloísa Helena (AL), ameaçada de expulsão do PT, afirmou que, no fundo, o governo estava "fazendo uma manobra contra os servidores".

Heloísa disse que os assuntos aceitos na "nova paralela" não poderão ser discutidos e votados no Plenário, na reforma da Previdência original, porque os

Oposicionistas discordam da proposta de uma nova emenda paralela

senadores decidiram na CCJ só tratá-los numa emenda constitucional específica.

– No Plenário, as emendas sobre esses temas serão consideradas prejudicadas. É uma forma de evitar que os senadores governistas tenham de se expor no Plenário contra os servidores públicos – sustentou Heloísa Helena.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a medida "pode até ser regimental, mas é um artifício para votar o "talvez", o "quem sabe", o "pois é". Já Demostenes Torres opinou que, ao propor uma "segunda paralela", o "governo quer confundir, para não aprovar nada, exceto o texto do jeito que saiu da Câmara".

Durante a votação das emen-

das em destaque, José Agripino perguntou ao relator Tião Viana se ele realmente pretende aceitar emenda à proposta paralela prevendo paridade integral para os atuais servidores (ajustes de aposentados idênticos aos dos ativos).

Tião Viana confirmou a intenção, mas ponderou que, para recebê-la, o funcionário público terá de trabalhar no serviço público no mínimo 25 anos, e não 20, como prevê o texto em discussão. "Então, porque o governo não aceita a emenda do PFL com esse objetivo?", questionou Agripino. Segundo Viana, se a emenda for aceita, a reforma terá de voltar ao exame dos deputados, pois o texto original estaria sendo modificado. A intenção do governo é votar a reforma sem mudanças por parte dos senadores, permitindo sua imediata vigência.

Tião Viana informou que vem sendo negociada a supressão, em Plenário, do inciso XI do artigo 37 de forma a suspender a implantação dos subtelos salariais nos estados, uma vez que os governadores não concordam com a exigência de enviar às assembleias legislativas projetos aumentando seus salários. O tema já é tratado na Emenda Paralela nº 77/03. Assim, enquanto a paralela não for votada, prevalece para todos o teto da União, que é o salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Tião Viana não explicou se, mais tarde, as duas emendas paralelas poderão ter tramitação conjunta.

Mantida a contribuição de servidores inativos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por 14 votos contra 6 a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos. Foi rejeitada a emenda supressiva do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que retirava do texto a cobrança.

Alvaro Dias e o senador José Jorge (PFL-PE) disseram que cobrar dos inativos é "uma agressão à Constituição e ao direito adquirido", e lembraram que a proposta já havia sido derrotada no Supremo Tribunal Federal (STF) ao ser apresentada pelo governo anterior. Proclamado o resultado pelo

presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), pediu que a relação dos votos, mostrando como votou cada senador, fosse distribuída a todos.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que era a favor da distribuição da lista, porque "foi uma votação transparente de senadores que têm convicções firmes e sabem que o país precisa disso e que há o apoio de dois terços da população". Nesse momento, parte da audiência vaiou Mercadante. Lobão ameaçou esvaziar o recinto e manter apenas os senadores e os jornalistas na comissão.



ANÚNCIO O presidente da CCJ, Edison Lobão (entre José Maranhão e Tião Viana), declara os resultados das votações das emendas

Paridade entre ativos e inativos é derrubada

Por 17 votos a 6, a CCJ derrubou a emenda que mantinha a paridade dos vencimentos do servidor público aposentado com os da ativa. Duas emendas foram derrotadas: uma delas garantia a paridade apenas para os atuais funcionários públicos e para os já aposentados, retirando o benefício dos futuros servidores. A outra emenda propunha a manutenção pura e simples da paridade.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que confiava na promessa do relator e líder do PT, senador Tião Viana (AC), de que nova proposta seria apresentada para garantir a paridade para os atuais servidores e os já aposentados. Tião Viana confirmou, e explicou que não poderia acatar nenhuma das emendas a fim de evitar que a reforma retornasse à Câmara dos Deputados.

Pensões de viúvas terão desconto de 30%

A CCJ aprovou, por 12 votos a 7, a manutenção do desconto de 30% sobre as pensões de viúvas de servidores públicos na parte que exceder a R\$ 2.400. A comissão rejeitou a emenda que retirava o desconto do texto da proposta de emenda à Constituição, mantendo o que veio da Câmara dos Deputados.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o desconto sobre as pensões é "uma afronta e uma violência contra a Constituição". Para o parlamentar, está sendo retirado um direito já conquistado no passado e previsto nos casos de morte do cônjuge servidor público, civil ou militar.

Conforme o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), "o confisco seria ainda maior", de 50%, mas o PFL conseguiu, na Câmara dos Deputados, a redução do desconto.

REFORMAS Alvaro discorda da forma como se negocia a proposta da Previdência e Hélio Costa defende a necessidade de mudanças. Agripino diz que posição do PFL não mudou. Já Lobão se preocupa com as desigualdades regionais



ALERTA Sem a reforma, benefícios não poderão ser pagos no futuro, avalia Costa

Hélio Costa: mudanças são necessárias

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que ou o Brasil faz agora a reforma no sistema previdenciário ou, em dez anos, o país não terá dinheiro para pagar os benefícios da Previdência Social. Mesmo reconhecendo que as mudanças serão difíceis, dolorosas e prejudicarão algumas pessoas, ele estimou que 93% do funcionalismo não vão ser atingidos pelas medidas previstas na proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/03) enviada pelo Executivo.

– A reforma é para os que passaram a vida inteira trabalhando, sobrevivendo com um ou dois salários mínimos. Esses estão sendo protegidos, os que ganham menos. É para eles que o sacrifício está sendo feito – ressaltou.

Sobre o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Hélio Costa informou que a negociação está sendo diferente da anterior. Não serão mais considerados como déficit público os investimentos que o país fizer em saneamento, habitação e energia, disse. A medida, explicou, permitirá mais investimentos públicos em áreas essenciais.

Governo Lula barganha direitos, diz Alvaro Dias

■ Para o senador, objetivo da reforma da Previdência é garantir o ajuste definido pelo FMI e pagar dívida

A frase “é dando que se recebe” foi citada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para retratar o comportamento do governo Luiz Inácio Lula da Silva na votação das reformas. Conforme disse, as declarações do presidente da República condicionando a reforma ministerial à aprovação das reformas da Previdência e tributária revelam a barganha e expõem as contradições do PT.

– É lamentável que o destino de milhões de trabalhadores do país que dependem de um sis-



CRÍTICA Alvaro destaca que proposta do Executivo não respeita os direitos adquiridos

tema de previdência social justo e eficiente esteja entregue em mãos que negociam.

O senador criticou a reforma da Previdência proposta pelo

Executivo e que, avalia, não respeita os direitos adquiridos, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. As verdadeiras motivações do governo para aprovar as mudanças, afirmou, estão contidas no discurso de posse do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O ministro teria dito que o objetivo da reforma é garantir o compromisso brasileiro com o ajuste das contas não apenas no presente, mas também no futuro.

Para Alvaro, a intenção é garantir o ajuste estrutural definido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para assegurar o pagamento das dívidas externa e interna. Outro objetivo, acrescentou, é abrir para o capital financeiro o mercado previdenciário, “que deve alcançar R\$ 670 bilhões até 2010”.

PFL mantém posição, afirma Agripino

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), reafirmou que seu partido não mudou de posição sobre a reforma previdenciária. Conforme disse, o PFL continua a defender “uma regra de transição menos prejudicial” aos servidores que estão perto da aposentadoria, a manutenção do valor das pensões e a isenção da contribuição previdenciária para os inativos com mais de 70 anos.

– Se não for possível chegar mais perto dessas diretrizes, então o PFL entende que devemos partir para o voto, com cada senador mostrando sua cara para que a opinião pública conheça a verdade de cada um – defendeu.

O senador disse que o governo deve acenar com mudanças



MUDANÇAS Segundo Agripino, ainda há espaço para alterações na proposta da Previdência

de maneira a tornar a reforma mais justa. Agripino admite o aumento do tempo de contribuição sem que isso signifique, no entanto, “confisco dos salários dos servidores”.

– Que em vez de se meter a mão no bolso do aposentado se

pactue com ele a possibilidade de ele passar um pouco mais de tempo em atividade, mas, ao se aposentar, que seja na sua integridade.

Agripino acredita que ainda existe espaço para avanços na proposta de reforma previdenciária, “por caminhos democráticos”, mas observou que até agora isso não aconteceu. O senador disse esperar do governo um aceno, sinalizando para a possibilidade de mudanças.

– Se querem fazer o entendimento, que ofereçam avanços efetivos não para o PFL, mas para a sociedade que representamos. Se não, vamos aos votos. O partido não mudou de posição, continua sendo contrário aos pontos que anunciou desde o início – ressaltou.



PROPOSTA Edison Lobão sugere também a recuperação e expansão das rodovias

Lobão pede combate a desigualdades

Os parlamentares não devem perder a oportunidade, na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), de resolver pelo menos duas questões relevantes na votação da reforma tributária: os modelos de financiamento para a superação das desigualdades regionais e de recuperação e a expansão da malha rodoviária.

O senador lembrou que a proposta de reforma tributária prevê a constituição de um fundo de desenvolvimento regional. Observando que não entraria na polêmica que se criou sobre a questão, Lobão afirmou que concordava com a opinião majoritária dos governadores de que o fundo deveria prever recursos para investimentos públicos nas regiões mais pobres, e não apenas ser mais uma fonte de financiamento para projetos privados.

Sobre a “urgente e inadiável” recuperação da malha rodoviária nacional, Edison Lobão disse que, no Nordeste, as estradas estão desaparecendo. Para o senador, a precariedade das rodovias federais e o custo financeiro representado pelos juros altos devem ser considerados os principais itens que oneram o custo Brasil.



Paim quer prazo maior para pedido de revisão de benefícios

Diante da corrida de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para solicitar, nos juizados especiais federais, a revisão de benefícios, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez apelo ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para prorrogar o prazo – que se encerra

amanhã – de entrega da documentação. Se a medida não for adotada, assinalou, haverá uma “enxurrada” de ações na Justiça.

A limitação do prazo para solicitar a revisão estaria prevista na Lei nº 9.711/98, que instituiu o princípio da decadência no campo do Direito Previdenciário.

Paim leu trechos de parecer da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), segundo o qual a fixação de 20 de novembro como data-limite para recebimento dos pedidos “é falácia sem precedente” por não apresentar amparo legal.

Em aparte, o senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP) dirigiu palavras de apoio a Paim, que vem discordando de setores do governo na condução da proposta de reforma Previdenciária.

– Quero lhe transmitir minha vontade de continuar a vê-lo no PT – afirmou Suplicy. Paim agradeceu o gesto de solidariedade de Eduardo Suplicy.



APELO Raupp pede a Lula que recoloca o país na rota do crescimento

Baixa renda preocupa Valdir Raupp

Dizendo-se preocupado com a queda na renda dos brasileiros e os índices de até 20% de desemprego, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que ponha o país de novo na rota do crescimento econômico. Apesar de considerar importantes as reformas da Previdência e tributária, que ocuparam todo o ano de 2003, Raupp alertou para a necessidade de o governo desfazer os pontos de estrangulamento nas áreas social e de infra-estrutura.

Conforme o senador, recuperação de rodovias, portos e ferrovias e o aumento da produção de energia são fundamentais para que o presidente cumpra sua promessa de realizar um "espetáculo do crescimento". No entanto, esse espetáculo será inútil sem o resgate da "infra-estrutura social" (educação, moradia, saúde e saneamento).

— É triste observar que em termos educacionais o Brasil se encontra entre os piores do mundo. É impossível falar em desenvolvimento quando parte de nossa população mal sabe ler, escrever ou fazer operações matemáticas simples.

O senador alertou para outro problema de ordem conjuntural: as eleições municipais do ano que vem. Ele teme que a situação econômico-social se agrave ainda mais com as restrições aos repasses de verbas durante boa parte do ano.

Virgílio sugere corte de dois pontos na taxa básica de juros

■ Para senador, governo demorou demais para reduzir a taxa e impôs baixo crescimento econômico ao país

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu um corte de dois pontos percentuais na taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A reunião do comitê começou ontem e, de acordo com especulações da imprensa, o corte deve se limitar a um ponto — a

taxa de juros cairia de 19% para 18% ao ano.

Para Virgílio, o governo demorou demais para baixar os juros básicos e, quando começou a fazê-lo, o fez de forma tímida, "sempre abaixo do que podia e sempre abaixo da média que se discutia no mercado". O senador avaliou que o governo foi sensato em matéria de macroeconomia.

— Por ter sido sensato, não explodiu o país. Por ter sido tímido, impôs neste ano algo que ficará entre 0,6% a 0,8% de crescimento positivo do PIB — analisou. Segundo Virgílio, o ministro Antonio Palocci comentou

que poderia ter sido pior, ao que ele disse ao ministro: "Poderia ter sido bem melhor".

Um corte de apenas um ponto "é falta de criatividade, de imaginação e de coragem". Menos de um ponto, acrescentou, sinalizaria que a taxa real de equilíbrio de juros seria acima de 10%, enquanto uma redução de dois pontos apontaria para pouco menos de 10% como taxa real de juros, sinalizando "para valer" com um 2004 muito mais promissor e mantendo o compromisso com o crescimento econômico e o desenvolvimento, "sem arroubos, sem tresloucamentos".



AVALIAÇÃO Segundo Virgílio, redução de um ponto seria "falta de imaginação"

Ideli diz que indicadores apontam para desenvolvimento sustentado em 2004

Ideli Salvatti (PT-SC) disse ontem que os atuais indicadores econômicos garantem as previsões de retomada do crescimento sustentado da economia em 2004. Ela criticou as afirmações da oposição de que o governo estaria parado.

A senadora explicou que a decisão do governo de aumentar o superávit primário no início do ano, sem que isso fizesse parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), teve como objetivo recuperar a credibilidade do Brasil

diante da comunidade internacional, de forma a garantir investimentos estrangeiros.

Previdência

Ideli salientou que as dificuldades para finalizar a votação da reforma previdenciária no Congresso a levaram a aprofundar a análise sobre os dados relativos ao serviço público de Santa Catarina. Citando o secretário de Administração, Marcos Vieira, a senadora afirmou haver algo errado num sistema em que o servidor na ativa ganha menos do que o ser-

vidor inativo, que, por sua vez, ganha menos do que o pensionista.

— São 57 mil servidores ativos, com idade média de 39 anos, e 32 mil aposentados e pensionistas com idade média de 60 anos. O rendimento médio do servidor na ativa é R\$ 1.400, do aposentado, R\$ 1.700, e do pensionista, R\$ 1.954 — comentou.

Para Ideli, o Congresso deve comparar esses números com os dados dos demais estados e do governo federal, a fim de votar uma reforma justa.



COMPROMISSO Pavan lembra declaração de Lula de que não mexeria na Previdência

Pavan expõe incoerência em discurso de petistas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que o discurso dos parlamentares governistas é incoerente com as teses históricas do PT. Ele lembrou que Heloísa Helena (PT-AL) e Paulo Paim (PT-RS) participaram no passado de debates em que denunciaram como sendo práticas neoliberais o que o governo petista está fazendo.

Pavan lembrou que, durante a campanha eleitoral de 2002, o PT classificava o Fundo Mo-

netário Internacional (FMI) de demônio e que, com o aval petista, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) organizou plebiscito nacional sobre a suspensão do pagamento da dívida externa.

— Lula disse no rádio CBN que era mentiroso quem afirmasse que ele mexeria na Previdência. Eu continuo a defender os servidores públicos, que vão perder de todas as formas se a reforma for aprovada como está.

Lando defende a criação de empregos

Ao analisar pesquisa da Datafolha em que 46% dos brasileiros elegeram o desemprego como principal problema, o senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou a tese de que a geração de empregos só se dará, de forma sustentada, com a retomada do crescimento econômico.

Ele observou, no entanto, que a sustentabilidade do crescimento só ocorrerá com o crescimento do consumo interno, o que só será possível com a melhoria da distribuição de renda.

O caminho para isso, afirmou Lando, deve ser a priorização dos investimentos públicos em atividades intensivas de mão-de-obra, em que o país tem potencial de geração de emprego a baixos custos, como a agricultura familiar.

Na avaliação do senador, é necessário "crescer, mas com distribuição de renda".



Lando: crescer com distribuição de renda

Pauta do Plenário ainda está trancada

Segue obstruída a pauta do Plenário. Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, não foram votados uma medida provisória (MP nº 129/03) e dois projetos de lei de conversão (PLVs nº 25/03 e 26/03) que estão sobrestando as delibera-

ções da Casa. As matérias continuam em pauta hoje.

A medida provisória abre crédito extraordinário de R\$ 2,3 bilhões para financiamento no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços

Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.

Já o PLV nº 25 permite que os empregados regidos pela CLT autorizem, de forma irrevogável, o desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de

arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.

O outro projeto estabelece normas para o plantio e comercialização de soja transgênica da safra de 2004.

Sarney celebra ampliação da parceria Brasil-China

Senador defende aproximação entre os dois países desde o período em que foi presidente da República

Tendo proposto em 1988, quando era presidente da República, uma parceria entre Brasil e China para intensificar o comércio entre os dois países, o presidente do Senado, José Sarney, colheu ontem um dos resultados dessa idéia. Ele recebeu Zhang Dejiang, membro do Comitê Central do Partido Comunista Chinês e secretário do Comitê Provincial de Guangdong, que lhe comunicou ser a China hoje o segundo maior parceiro comercial brasileiro, com uma pauta de negócios da ordem de US\$ 7 bilhões.

Acompanhando o grupo, o deputado Paulo Delgado (PT-MG), secretário de Relações Internacionais do PT, definiu o momento como significativo.

– O modelo de uma China e dois sistemas nasceu com Deng Xiao Ping. E foi o presidente Sarney quem propôs, 15



INTEGRAÇÃO Sarney (D) recebe Zhang Dejiang (segundo à direita), membro do Partido Comunista Chinês, e comitiva de empresários

anos atrás, a parceria estratégica que agora colhe esses resultados – disse o deputado. Ele também anunciou que amanhã, em São Paulo, Brasil e China assinarão acordos que totalizarão uma cifra em torno de US\$ 500 milhões.

De acordo com Paulo Delgado, o integrante do Partido Comunista Chinês está no Brasil a convite do PT e não poderia deixar de visitar José Sarney, que, em sua opinião, “teve o privilégio” de visitar, quando presidente da República, o líder Deng Xiao Ping.

– Estamos também devol-

vendo uma gentileza. Dois anos atrás, os chineses convidaram o presidente Lula, como presidente de honra do PT, e o presidente do partido à época, hoje ministro da Casa Civil José Dirceu, para visitarem a China. Eu tive a honra de organizar aquela viagem e agora estamos devolvendo a gentileza.

Zhang Dejiang, que lidera uma comitiva com representantes das 35 maiores empresas da província de Guangdong, confirmou que o principal propósito da visita foi estreitar laços com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Exposição reúne obras do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem, ao lado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a exposição “Obras de Arte – Câmara e Senado”, no Salão Negro do Congresso. A iniciativa, que faz parte das comemorações dos 180 anos do Poder Legislativo, reúne 48 obras de arte que, habitualmente, ficam expostas nos espaços das duas Casas.

São 25 telas da Câmara e 23 do Senado, em técnicas diversas (óleo, acrílico, aquarela, litografia e xilogravura) e estilos variados. A mais antiga (1912)

mostra o perfil de uma mulher e é intitulada *Retrato da República*, do pintor Décio Villares. A mais recente (2003), de Nancy Safatle, é um painel denominado *Pátria Amada*. Outros dois painéis expostos são de Veronese e Burle Marx.

Ainda na mostra, o óleo de Rafael Falco (1951) que adorna parede da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara, *Tiradentes ante o Carrasco*. Os visitantes terão oportunidade de conhecer também obras de Aldemir Martins, Iberê Camargo, Di Ca-

valcanti, Rubem Valentim, Alfredo Volpi, Tomie Ohtake, Guido Mondim, Quirino Campofiorito, Carlos Scliar e Djaniara, entre outros. A exposição, que poderá ser vista até o dia 1º de dezembro em horário comercial, é aberta ao público.

Convite a Sarney

João Cândido Portinari, filho único do pintor Cândido Portinari, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem entregou convite para a exposição “Portinari – O Pintor da Paz”, que será aberta hoje no Itamaraty.

Gráfica do Senado comemora 40 anos

Os 40 anos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado foram comemorados ontem, em solenidade que incluiu hasteamento da Bandeira Nacional, homenagem a servidores aposentados e ex-diretores do órgão, além de missa em ação de graças, celebrada por dom Geraldo do Espírito Santo Ávila.

Estiveram presentes os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PDT-RR), o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e o diretor-geral do Sena-

do, Agaciel da Silva Maia.

Segundo Mesquita Júnior, o trabalho realizado pela Gráfica do Senado é “fundamental e indispensável para o desempenho dos parlamentares”. Augusto Botelho observou que a instituição, além de aproximar o Poder Legislativo da sociedade, cumpre um papel social importante.

Agaciel Maia também ressaltou a importância da Gráfica, que tem como diretor-executivo Júlio Werner Pedroza. Conforme Agaciel, a criação do órgão reforçou a autonomia do Poder Legislativo.



CONTRIBUIÇÃO Agaciel Maia (E), observado por Júlio Pedroza, descerra placa alusiva aos serviços prestados pelo órgão

Mão Santa: reforma pode afetar qualidade do serviço

Ao parabenizar a Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado pelo seu 40º aniversário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou preocupação de que o trabalho desenvolvido pela Gráfica perca qualidade se a reforma da Previdência for aprovada sem as alterações propos-



Mão Santa volta a atacar mudanças na Previdência

tas pelos partidos de oposição. Ele comentou que não apenas a Gráfica, mas todo o serviço público brasileiro poderá ser prejudicado, em decorrência

de mudanças previstas na reforma.

Mão Santa leu artigo do jornalista piauiense Tomaz Teixeira, que classifica como estereotipada, desumana e imperdoável a suspensão do pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas com mais de 90 anos de

idade. O jornalista afirma que em um país de governo mais sério o ministro teria sido demitido em nome do respeito, da ética e da dignidade.

Serys elogia campanha de combate ao racismo

O lançamento da campanha “Ação Afirmativa, Atitude Positiva”, na segunda-feira, no Rio de Janeiro, foi registrado em Plenário pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Em vez de se restringir à denúncia de práticas de racismo, a iniciativa procura, conforme destacou, valorizar e divulgar ações concretas que contribuam para

a ascensão do negro na sociedade brasileira.

– A ação afirmativa significa valorizar iniciativas concretas de combate a toda forma de racismo – explicou.

Presente no evento, a senadora fez a entrega da *Camélia da Liberdade*, comenda-símbolo da campanha, ao escritor Eduardo Silva, autor do livro

Camélia do Leblon e Abolição da Escravatura.

Serys também fez uma reflexão sobre a violência no país, voltou a defender o desarmamento e condenou a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Na sua opinião, o jovem deixará de ser presa fácil para a criminalidade se tiver maior tempo de permanência

na escola e oportunidades de profissionalização.

Em aparte, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou que a redução da criminalidade passa pela inclusão social.

Os 40 anos da Gráfica do Senado também foram lembrados por Serys, que exaltou “a competência e o compromisso” dos profissionais do órgão.



COMPETÊNCIA Os 40 anos da Gráfica do Senado também foram destacados por Serys

Comissão aprova mudança no Imposto sobre Serviços

Proposta de Romero Jucá amplia lista dos itens sujeitos a tributação e corrige impropriedades legais

A proposta de alteração na cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS), um dos principais tributos municipais, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores acolheram o texto do substitutivo proposto no relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), com a ampliação da lista de itens sujeitos à tributação, fixação das suas alíquotas e correção de impropriedades legais vigentes.

Romero Jucá destacou a importância de se acelerar a votação do projeto, que precisa ser examinado pela Câmara dos Deputados ainda neste ano para que as prefeituras possam cobrar o imposto no próximo exercício. Mas houve dois votos contrários na CAE. Apesar do compromisso de Jucá em discutir em Plenário a sua emenda que evita a bitributação das cooperativas médicas, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) considerou que o seu pedido deveria ter sido atendido na CAE. De acordo com Jonas Pinheiro, as cooperativas médicas pagarão 9% sem a sua emenda, a qual possibilitaria uma tributação de 5%.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) conseguiu que sua

emenda fosse aceita pelo relator, garantindo que a incorporação imobiliária não seja definida como serviço, recebendo tratamento tributário semelhante ao dispensado para a indústria gráfica. A fixação da alíquota mínima do ISS de 2% para os parques temáticos e de diversões, atualmente isentos, agradou à senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que apresentou emenda junto com o líder do PT, Tião Viana (PT-AC), com esse objetivo.

O substitutivo de Jucá acomodou seis emendas e os dois projetos que estão tramitando em conjunto: o da Câmara dos Deputados (PLC nº 70/02) e o do Senado (PLS nº 400/03), apresentado pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).



BEM DE FAMÍLIA Fernando Bezerra observa, no parecer, que lei ainda permite penhorar único imóvel residencial de fiador de locação

Imóvel de fiador poderá ficar livre de penhora

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu a proposta que torna impenhorável o imóvel residencial do fiador que for enquadrado como "bem de família". A matéria, que ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), só atingirá os contratos de locação predial urbana assinados após a vigência do novo texto legal.

O parecer de Fernando Bezerra (PTB-RN), votado ontem, optou pela proposição do então senador Carlos Patrocínio, por entender que ela aglutina as outras duas em tramitação, uma de iniciativa da Câmara e outra do senador Lauro Campos, já falecido.

Bezerra explicou, em seu relatório, que a Lei do Inquilinato (nº 8.245/91) permite que o único imóvel residencial pertencente ao fiador seja penho-

rado no caso de inadimplência nos contratos de locação, punindo assim quem se presta a dar garantia a locatários.

Efraim Morais (PFL-PB) obteve a concordância dos demais integrantes da CAE ao seu parecer, que considerou prejudicados os projetos de resolução (um de 1998 e outro de 2000) que suspendem por 12 meses o pagamento do serviço da dívida dos estados de Alagoas e Pernambuco junto à União. Efraim explicou que a matéria estava sendo reexaminada pela CAE e que havia "vício de juridicidade", por propor alteração de ato normativo inexistente.

A CAE também acolheu relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a auditoria realizada na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e nas suas gerências regionais. O parecer foi elaborado por João Alberto Souza (PMDB-MA).



PRESSA Romero Jucá (C) lembra que projeto deve ser votado ainda este ano pela Câmara dos Deputados

Criação de universidades gera debate

Senadores que fazem parte da Comissão de Educação (CE) estão dispostos a abrir um amplo debate e aprofundar os estudos no sentido de viabilizar a criação de universidades públicas no interior brasileiro, principalmente nos estados do Norte e Nordeste.

Conforme informou Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), nada menos que 66% das faculdades de Medicina, por exemplo, estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, razão pela qual pregou uma melhor distribuição das universidades a fim de que os alunos que residem fora desse eixo também sejam beneficiados.

Universidades no interior		
Região	Número de universidades federais	Localizadas no interior
Norte	7	-
Nordeste	11	2
Centro-Oeste	4	-
Sudeste	15	10
Sul	6	3

Fonte: Ministério da Educação

Essa disposição dos senadores foi manifestada durante a reunião de ontem da CE, quando se discutiu o parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sobre a Indicação de nº 4/02, de autoria de Reginaldo Duarte (PSDB-CE), propondo que a comissão estude a criação da Universidade Federal da Região

do Vale do Cariri, no Ceará.

Ideli reconheceu a carência de universidades no Norte e no Nordeste, mas preferiu apresentar um requerimento perguntando ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, se já há algum estudo referente à situação de oferta de educação superior no Vale do Cariri.

Incentivo ao esporte olímpico

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável ao projeto de José Jorge (PFL-PE) que permite às instituições de ensino superior deduzirem integralmente, do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o valor da bolsa de estudo concedida a atleta praticante de modalidade esportiva olímpica. O projeto segue agora para apreciação, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo José Jorge, o projeto (PLS nº 328/03), relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), visa incentivar os esportes olímpicos e representa o que chamou de fator de mudança dentro da



MUDANÇA José Jorge apóia proposta que estimula atleta de modalidade olímpica

cultura desportiva do país, que sempre deu preferência ao futebol. Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltou que o projeto é o caminho inicial para se retirar da "rabeira" o desporto brasileiro nas competições internacionais.



SOLUÇÃO Efraim Morais sugere ressocialização do menor infrator e mais empregos

Efraim é contra a redução da idade penal

Para o senador Efraim Morais (PFL-PB), a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos seria uma medida paliativa, por não atacar diretamente o problema do jovem infrator. A seu ver, a solução está na ressocialização dos adolescentes, no crescimento econômico e na geração de empregos.

Efraim lembrou que, “a cada crime chocante, como o recente assassinato de dois jovens no estado de São Paulo, a sociedade se afronta, e governo e Congresso se apressam em propor a construção de mais presídios e leis mais restritivas”.

– Nada disso adiantará, porque é preciso atacar as causas da violência, entre elas a situação de desesperança do jovem brasileiro de baixa renda, sem perspectiva de emprego e com baixa auto-estima. Engaiolá-lo não resolverá a situação, tampouco iniciativas como o programa Fome Zero poderão mudar essa situação – opinou.

Segundo o senador, o jovem das periferias não tem lazer, nem atividades culturais ou quadras de esporte. “Se chega a infringir a lei, é colocado nas Febems (Fundações do Bem-Estar do Menor), que representam verdadeiras sucursais do inferno de onde o jovem sai diplomado em todos os tipos de crime”, disse ele.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou que, “embora os episódios de violência sejam chocantes, é preciso evitar a histeria”. Ela ressaltou que nas regiões-pólo de desenvolvimento de Santa Catarina houve redução da violência, o que, para a senadora, seria uma demonstração inequívoca de que o crescimento econômico representa uma vertente da solução do problema do jovem infrator.

Ideli vai propor demissão de magistrados corruptos

Senadora comenta a decisão do TRF de Brasília que aposentou dois juízes acusados de vender sentenças

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que está colhendo assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição (PEC) prevendo a demissão entre as punições previstas para magistrados. A proposta também impede a utilização da aposentadoria como medida disciplinar.

Ela explicou que a emenda foi motivada pela recente decisão da Corte Especial do Tribunal Regional Federal de Brasília que aposentou compulsoriamente, como pena máxima,



INICIATIVA Ideli está colhendo assinaturas para apresentar emenda constitucional

dois juízes acusados de participação em venda de sentenças a traficantes.

– Não dá para concordar que um desembargador e sua espo-

sa, que comprovadamente acobertavam o tráfico de drogas, vão para casa recebendo R\$ 27 mil por mês dos cofres públicos. O recente e brutal assassinato de um casal de adolescentes deu início à discussão do limite da maioria penal, mas uma coisa passou despercebida. Um jovem pode chegar a isso por falta de oportunidade, mas outras pessoas se corrompem pelo excesso de oportunidades, são pegadas e recebem como punição máxima a aposentadoria compulsória.

Ideli Salvatti lembrou que a demissão de juízes estava prevista na Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35/79) como penalidade máxima em processos administrativos, mas foi retirada pela Constituição de 1988.

Mozarildo cobra reforma do Judiciário

Ao cobrar maior empenho na tramitação da reforma do Judiciário, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apelou no sentido de que a proposta entre na pauta do Senado ano que vem “como prioridade número um”.

O parlamentar lamentou que, no ano passado, em vez de votar a proposta, o Plenário tenha enviado a matéria de volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ele observou que, sobrecarregado com as discussões das reformas previdenciária e tributária, o Senado não debate as mudanças no Judiciário, “que continua sendo duramente criticado pela população”.

Aelton quer ação contra o crime nas estradas do país

Ao aplaudir a proposta de unificação de esforços no combate ao crime organizado, nas esferas federal e estadual, o senador Aelton Freitas (PL-MG) sugeriu ontem um reforço no aparato policial montado nas estradas federais do país, em especial nas localizadas em Minas Gerais.

– Com a maior malha rodoviária federal do país e localização privilegiada, Minas assis-



VANTAGEM Para Mozarildo Cavalcanti, mudança deve beneficiar os excluídos

Depois de salientar que, quando crimes brutais ocorrem ou os criminosos montam quadrilhas no interior das pe-

nitenciárias, a culpa recai sobre o Judiciário, Mozarildo afirmou que, com isso, “provoca-se a deterioração da imagem de um Poder que é fundamental para a democracia”.

O senador defendeu o relatório sobre a proposta elaborado pelo então senador Bernardo Cabral, que, na opinião de Mozarildo, “faz uma análise completa da realidade, dando atenção inclusive ao ensino jurídico”. Para o parlamentar, a reforma beneficiará principalmente os excluídos.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) também defendeu a votação da reforma, que, a seu ver, vai beneficiar, entre outros, os pequenos proprietários de seu estado.



APREENSÃO Segundo Aelton, aumenta o número de assaltos nas rodovias em Minas Gerais

Tebet lamenta dificuldades dos músicos

Ao destacar que no próximo sábado será comemorado o Dia do Músico, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que a categoria enfrente, no Brasil, inúmeras dificuldades para exercer a profissão.

Tebet apontou, entre outras causas, a imprecisão das leis referentes à atividade, a precariedade das casas de espetáculo, a falta de verbas para manutenção de orquestras e a ausência de uma política de assistência e previdência social que leve em conta as peculiaridades do ofício.

– A indústria da cultura e do entretenimento é uma das que mais crescem atualmente, em todos os países, gerando riquezas e postos de trabalho em escalas antes inimagináveis.

Paim comemora ressarcimento da Cofins no RS

O ressarcimento de créditos presumidos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ao setor exportador da indústria calçadista do Rio Grande do Sul foi aplaudido em Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Em nome desse segmento empresarial, o parlamentar agradeceu o empenho do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em viabilizar a medida.

– O pronto atendimento da Receita Federal a esse pleito das indústrias calçadistas gaúchas é de fundamental importância para a sua sobrevivência e para a manutenção dos milhares de empregos que as exportações de calçados proporcionam.

De acordo com Paim, a medida deve produzir um impacto positivo na concorrência do calçado nacional no mercado externo, notadamente com os produtos chineses, que conseguem reduzir preços graças aos baixos custos financeiro, tributário e de mão-de-obra.



Ramez Tebet vê falta de política para o setor